

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo nº 008/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, por meio de licitação compartilhada, visando à eventual e futura contratação de solução integrada de tecnologia da informação, abrangendo os serviços de implantação, customização, licenciamento de uso, suporte técnico e manutenção de plataforma digital voltada à gestão pública municipal, conforme especificações e condições estabelecidas no Anexo I e demais disposições constantes do Edital, para atender os municípios consorciados ao CIMMVI.

I - INTRODUÇÃO

As aquisições públicas desempenham um papel estratégico na atividade econômica, considerando a magnitude dos recursos envolvidos e o impacto direto na eficiência da administração pública. Diante disso, um planejamento bem estruturado possibilita contratações mais eficazes, visto que a realização de estudos prévios permite o conhecimento de novas modelagens e metodologias disponíveis no mercado, resultando em maior qualidade e racionalização do gasto público.

Neste contexto, apresentamos os Estudos Técnicos Preliminares, os quais asseguram a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais que subsidiarão a elaboração do Termo de Referência. O objetivo é garantir que a administração pública adote a solução mais vantajosa, respeitando os princípios da eficiência, economicidade e sustentabilidade financeira.

Também nesta linha, o SRP se baseia no conceito do sistema *just in time*, amplamente utilizado na gestão logística do setor privado, que preconiza que nenhum item deve ser adquirido antes do momento exato da necessidade. Esse modelo gera efetiva redução de gastos com

armazenagem e estoque, promovendo uma gestão mais dinâmica e racional dos recursos públicos.

Conforme destaca Bittencourt:

“Trata-se de uma solução inteligente de planejamento e organização na logística de aquisição de bens e serviços no setor público, porquanto, entre outros benefícios, reduz significativamente os custos de estoque. Com a adoção do SRP, a Administração passa a deter um estoque virtual, sem a necessidade dos gastos com armazenagem. O SRP se baseia no conceito de sistema de administração da logística de produção adotado no âmbito privado denominado just in time, que se orienta apoiado na ideia de que nada deve ser produzido, transportado ou comprado antes do momento exato da necessidade. (BITTENCOURT, 2016)”.

Importante ressaltar que o registro de preços não se configura como uma modalidade licitatória, mas sim como um instrumento para a formação de um banco de preços de fornecedores, sem gerar um compromisso imediato de aquisição, conferindo maior flexibilidade e eficiência às contratações públicas.

DOS ELEMENTOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS:

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado com observância aos elementos essenciais estabelecidos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do §1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021, os quais são suficientes para identificar o problema a ser resolvido sob a ótica do interesse público e para apontar a solução mais viável, técnica e economicamente.

Os demais elementos previstos no artigo 18, §1º da Lei nº 14.133/2021 não foram utilizados, uma vez que o objeto da contratação não possui alta complexidade. Assim, neste primeiro momento, a prioridade recai sobre a efetiva aplicação dos elementos obrigatórios, conforme previsto no §2º do artigo 18 da referida lei.

DAS LICITAÇÕES COMPARTILHADAS:

As licitações compartilhadas realizadas por meio de consórcios públicos são disciplinadas por legislações específicas, que estabelecem diretrizes e procedimentos próprios, dentre as quais se

destacam as Leis Federais nº 11.107/2005 e nº 14.133/2021, além dos regulamentos internos do Consórcio CIMMVI. A realização de licitações compartilhadas proporciona diversos benefícios aos entes consorciados, incluindo:

- Economia de escala, permitindo a aquisição de bens e serviços a preços mais vantajosos;
- Redução dos custos administrativos, simplificando e unificando procedimentos licitatórios;
- Fortalecimento da cooperação intermunicipal, promovendo maior eficiência na gestão pública;
- Otimização do planejamento de aquisições, garantindo maior previsibilidade e melhor aproveitamento dos recursos financeiros.

Dessa forma, o presente estudo técnico preliminar fundamenta a adoção do Registro de Preços, na modalidade de licitação compartilhada, como a solução mais eficiente e econômica para a administração pública, garantindo transparência, otimização de recursos e ampliação da eficiência operacional na contratação pretendida.

I. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante das crescentes exigências por eficiência administrativa, digitalização dos serviços públicos e fortalecimento da atenção básica à população, a contratação de solução tecnológica integrada para os municípios consorciados revela-se estratégica, oportuna e indispensável. A iniciativa visa modernizar a gestão pública municipal, promovendo interoperabilidade entre setores administrativos, acesso digital a serviços essenciais e coleta estruturada de dados como base para decisões públicas mais eficazes e baseadas em evidências.

A solução a ser contratada contempla a implantação e customização de plataforma digital multiplataforma (web, Android e iOS), composta por módulos voltados à gestão de saúde, mobilidade urbana, processos administrativos, autoatendimento, atendimento ao cidadão, além

de painéis estratégicos e dashboards gerenciais. A ferramenta proporcionará gestão integrada e automatizada dos processos governamentais, resultando na redução de custos operacionais, minimização de falhas administrativas e melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população.

A natureza consorciada da contratação proporciona ganhos relevantes de escala, assegurando padronização de processos, uniformidade tecnológica, redução de custos de implantação e manutenção, além de centralização do suporte técnico. Tal abordagem está em consonância com os preceitos da Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital) e da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), ao prever medidas de segurança da informação, como armazenamento criptografado, controle de acesso por perfil e trilhas de auditoria, em conformidade com os princípios da legalidade, segurança e responsabilidade institucional.

Além da eficiência operacional, a contratação impacta diretamente a governança regional, permitindo, entre outros benefícios:

- Atendimento descentralizado e remoto por meio de totens de autoatendimento e aplicativos móveis;
- Integração com sistemas federais, como e-SUS, CNES, PEC e RNDS, qualificando o monitoramento da atenção primária em saúde;
- Digitalização integral dos processos administrativos, com redução do uso de papel e da burocracia;
- Otimização das rotinas dos servidores municipais, com redução da carga de trabalho repetitiva;
- Monitoramento em tempo real de indicadores estratégicos, com emissão de relatórios exportáveis (Excel, PDF, CSV), promovendo gestão baseada em dados concretos.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União reforça a legitimidade da contratação por consórcios públicos em modelos integrados, destacando-se o Acórdão nº 2731/2009 – Plenário, que reconhece os benefícios da gestão especializada compartilhada, a racionalização dos recursos públicos e a melhoria do atendimento ao cidadão em realidades pulverizadas, característica que define os municípios que integram o CIMMVI.

Do ponto de vista normativo, a medida observa rigorosamente os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da eficiência, economicidade, isonomia, inovação e transparência, ao prever a contratação de uma plataforma escalável, responsiva, interoperável e com disponibilidade mínima de 99,9%, conforme especificado no Estudo Técnico Preliminar e na formalização da demanda.

Importa destacar, ainda, que se trata de solução indivisível, em razão da interdependência funcional entre os módulos e da operação em infraestrutura unificada, o que inviabiliza seu fracionamento sem prejuízo à segurança, fluidez e interoperabilidade do sistema. Assim, a contratação em lote único é juridicamente adequada e tecnicamente recomendada, nos termos do art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

A proposta contempla, também, a locação de totens de autoatendimento com configuração robusta (monitor touchscreen, CPU com benchmark mínimo, conectividade Wi-Fi, leitor de QR Code e impressora térmica), promovendo a universalização do acesso aos serviços públicos de forma eficiente, segura e inclusiva.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação e suporte técnico de solução tecnológica integrada constitui alternativa moderna, juridicamente segura e altamente vantajosa. A medida viabiliza a transformação digital da gestão pública regional, promovendo inovação, governança intermunicipal e aproximação entre o poder público e o cidadão, em estrita observância aos princípios constitucionais da eficiência, publicidade, economicidade e moralidade.

A iniciativa encontra-se plenamente justificada diante das necessidades concretas dos entes consorciados, consolidando o compromisso do CIMMVI com a boa gestão pública, responsabilidade fiscal e a entrega de políticas públicas eficazes, inclusivas e orientadas ao interesse coletivo.

II. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS E LEVANTAMENTO DE MERCADO

A estimativa de custos da presente contratação foi elaborada com base em ampla pesquisa de mercado, realizada junto a fornecedores especializados na implantação, customização e suporte de plataformas digitais voltadas à gestão pública municipal. Também foram considerados parâmetros extraídos de contratações similares já executadas por entes públicos, bem como as práticas correntes de precificação em modelos de prestação de serviços do tipo Software as a Service (SaaS).

A metodologia adotada considerou a complexidade técnica da solução proposta, a abrangência dos serviços a serem prestados e a heterogeneidade demográfica e funcional dos municípios consorciados. Assim, foram utilizados critérios escalonados de dimensionamento de custos, proporcionais ao porte populacional e às necessidades específicas de cada ente federado.

Os principais critérios técnicos que nortearam a composição da estimativa foram:

- Número estimado de municípios atendidos e suas respectivas populações;
- Escopo técnico detalhado de cada módulo da solução integrada;
- Licenciamento mensal da solução, com suporte contínuo e SLAs previamente definidos;
- Custos de implantação inicial e capacitação de servidores públicos, seja de forma presencial ou remota;
- Nível de personalização exigido em função das realidades locais;
- Locação de totens de autoatendimento, com especificações técnicas mínimas;
- Integração dos módulos de saúde aos sistemas federais (e-SUS, PEC, CNES, RNDs);

- Cálculo da hora técnica para atendimento de demandas de manutenção corretiva, evolutiva e melhorias.

Noutro giro, o CIMMVI coletou os quantitativos em sede de Intenção de Registro de Preços, onde foram coletadas as quantidades dos municípios interessados ao registro de preços.

A estimativa total das quantidades se deu em razão da simples soma dos quantitativos encaminhados por ambos os municípios interessados na participação da Ata de Registro de Preços.

Deste modo, apresenta-se o quadro-resumo dos itens estimados, com base no Procedimento de Intenção de Registro de Preços, realizado com os municípios consorciados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	NOVA SERRANA	PERDIGÃO	QUANTIDADE TOTAL
01	Licença de uso e suporte do aplicativo mobile e web.	Mensal	12	12	24
02	Treinamento e implantação.	Unidade	1	1	2
03	Gerenciamentos de processo governamentais.	Mensal	12	12	24
04	Canal de autoatendimento com emulação humana e chatbot.	Mensal	12	1	13
05	Serviços por canal de autoatendimento.	Mensal	120	96	216
06	Gestão de vagas de estacionamento.	Mensal	12	0	12
07	Hora analista para desenvolvimento/ customização.	Horas	960	0	960
08	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada até 10.000 habitantes.	Mensal	0	0	0
09	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 10.001a 30.000 habitantes.	Mensal	0	12	12
10	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 30.001a	Mensal	0	0	0

	70.000 habitantes.				
11	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 70.001a 100.000 habitantes.	Mensal	0	0	0
12	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 100.001a 350.000 habitantes.	Mensal	12	0	12
13	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde dos Municípios com população estimada até 10.000 habitantes.	Mensal	0	0	0
14	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde - Municípios com população estimada entre 10.001 a 30.000 habitantes.	Mensal	0	12	12
15	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde. Municípios com população estimada entre 30.001 a 70.000 habitantes.	Mensal	0	0	0
16	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde. Municípios com população estimada entre 70.001 a 100.000 habitantes.	Mensal	0	0	0
17	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde. Municípios com população estimada entre 100.001 a 350.000 habitantes.	Mensal	12	0	12

18	Locação de equipamentos - Totem autoatendimento com monitor touchscreen.	Mensal	120	24	144
----	--	--------	-----	----	-----

A formação dos valores estimados resultou da média simples entre os orçamentos coletados, considerando variáveis como o porte dos municípios, volume de usuários, custos operacionais diretos e indiretos, manutenção preventiva/corretiva e demandas específicas de customização.

Importante destacar que a contratação consorciada viabiliza a diluição dos custos unitários por meio do ganho de escala, conferindo maior economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos. Ao promover a adoção de uma solução tecnológica centralizada, o modelo também reduz riscos operacionais e assegura maior previsibilidade orçamentária durante a vigência contratual.

Por fim, os valores consolidados nesta estimativa servirão como parâmetro para definição do preço máximo admissível no futuro procedimento licitatório, em estrita observância aos princípios da vantajosidade, do interesse público e da responsabilidade fiscal que regem as contratações públicas nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2 – Levantamento de Mercado.

No âmbito do levantamento de mercado realizado para subsidiar a definição da solução mais adequada ao atendimento das necessidades dos municípios consorciados ao CIMMVI, foram analisadas diferentes alternativas tecnológicas disponíveis, considerando-se aspectos técnicos, econômicos, operacionais e de sustentabilidade da solução ao longo do tempo.

Inicialmente, avaliou-se a possibilidade de aquisição de software próprio, com transferência definitiva de titularidade à Administração. Contudo, verificou-se que tal alternativa apresenta riscos relevantes de obsolescência tecnológica, haja vista a rápida evolução das ferramentas de tecnologia da informação, bem como a necessidade contínua de atualizações, correções de segurança e adequações normativas. A eventual perda de aderência do sistema às demandas futuras dos municípios poderia acarretar o desuso da

solução, com consequente desperdício de recursos públicos e comprometimento do princípio da economicidade.

Também foi considerada a hipótese de desenvolvimento de solução própria, por meio de equipe interna. Todavia, essa alternativa mostrou-se inviável sob a ótica técnico-operacional e econômico-financeira, uma vez que demandaria elevados investimentos iniciais e permanentes, incluindo a contratação ou capacitação de profissionais altamente especializados, infraestrutura tecnológica dedicada e gestão contínua do ciclo de desenvolvimento do software. Ademais, constatou-se que os municípios consorciados, de forma individual ou coletiva, não dispõem de quadro técnico suficiente ou estrutura adequada para sustentar, com segurança e eficiência, o desenvolvimento e a manutenção de uma plataforma dessa complexidade.

Diante desse cenário, concluiu-se que a cessão de software, por meio de licenciamento de uso associado à prestação de serviços de implantação, customização, suporte técnico e manutenção continuada, configura-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública. Tal modelo permite o acesso a solução tecnológica atualizada, escalável e compatível com as necessidades dos municípios consorciados, assegurando previsibilidade de custos, mitigação de riscos operacionais e aderência às melhores práticas de governança digital, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

A estimativa de custos da presente contratação foi elaborada com fundamento em consultas a contratações análogas realizadas na esfera administrativa, observando-se critérios de fidedignidade, atualidade e coerência metodológica, conforme orientações do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e das diretrizes de boas práticas de contratação pública.

		VALORES UNITÁRIOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	CIMLAGO PL Nº 09/2025	CINSC PL Nº 14/2025	ICISMEP PL Nº 09/2024	MÉDIA DOS VALORES
01	Licença de uso e suporte do aplicativo mobile e web.				
02	Treinamento e implantação.				
03	Gerenciamentos de processo governamentais.				

04	Canal de autoatendimento com emulação humana e chatbot.				
05	Serviços por canal de autoatendimento.				
06	Gestão de vagas de estacionamento.				
07	Hora analista para desenvolvimento/customização.				
08	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada até 10.000 habitantes.				
09	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 10.001a 30.000 habitantes.				
10	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 30.001a 70.000 habitantes.				
11	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 70.001a 100.000 habitantes.				
12	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 100.001a 350.000 habitantes.				
13	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde dos Municípios com população estimada até				

	10.000 habitantes.				
14	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde - Municípios com população estimada entre 10.001 a 30.000 habitantes.				
15	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde. Municípios com população estimada entre 30.001 a 70.000 habitantes.				
16	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde. Municípios com população estimada entre 70.001 a 100.000 habitantes.				
17	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde. Municípios com população estimada entre 100.001 a 350.000 habitantes.				
18	Locação de equipamentos - Totem autoatendimento com monitor touchscreen.				

JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Além das contratações anteriormente identificadas, procedeu-se à realização de cotações junto a fornecedores que atuam em ramo de atividade plenamente compatível com o objeto pretendido, com o objetivo de compor uma cesta de preços representativa das condições praticadas no mercado.

Tal providência teve por finalidade conferir maior fidedignidade à estimativa de custos, mitigar riscos de sobrepreço ou subavaliação e assegurar a observância dos princípios da economicidade, da eficiência e da vantajosidade para a Administração Pública.

Para tanto, foram encaminhadas solicitações formais de cotação, por meio eletrônico (e-mail), a 8 (oito) fornecedores, previamente selecionados com base em critérios objetivos, notadamente a compatibilidade do ramo de atividade com o objeto da licitação, a experiência no fornecimento de soluções integradas de tecnologia da informação voltadas à gestão pública municipal e a atuação regular no mercado.

Não obstante o esforço empreendido para ampliar a base de consulta, houve devolutiva apenas de 3 (três) fornecedores, cujas propostas atenderam integralmente às especificações técnicas solicitadas, sendo consideradas válidas e suficientes para a composição da cesta de preços.

Registra-se, ainda, que as cotações obtidas não possuem data superior a 6 (seis) meses em relação à data de divulgação do edital, assegurando a atualidade dos valores levantados e a fidedignidade da estimativa de custos. A metodologia adotada teve por finalidade mitigar riscos de sobrepreço ou subavaliação, bem como assegurar a observância dos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e vantajosidade para a Administração Pública.

Dessa forma, a pesquisa de preços realizada atende aos requisitos técnicos, quantitativos e temporais exigidos, constituindo base idônea e suficiente para a definição do valor estimado da contratação e para a condução regular do certame, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

TABELA DE COTAÇÃO COM FORNECEDORES:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	VAL. UNIT. Empresa "APP CIDADES"	VAL. UNIT. Empresa "BCR50"	VAL. UNIT. Empresa "GFalcão"	Média de Valores
------	-----------	---------	------------------	----------------------------------	----------------------------	------------------------------	------------------

01	Licença de uso e suporte do aplicativo mobile e web.	Mensal	24				
02	Treinamento e implantação.	Unidade	2				
03	Gerenciamentos de processo governamentais.	Mensal	24				
04	Canal de autoatendimento com emulação humana e chatbot.	Mensal	13				
05	Serviços por canal de autoatendimento.	Mensal	216				
06	Gestão de vagas de estacionamento.	Mensal	12				
07	Hora analista para desenvolvimento/customização.	Horas	960				
08	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada até 10.000 habitantes.	Mensal	0				
09	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 10.001a 30.000 habitantes.	Mensal	12				
10	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 30.001a 70.000 habitantes.	Mensal	0				
11	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada entre 70.001a 100.000 habitantes.	Mensal	0				
12	Indicadores de Saúde Municípios com população estimada	Mensal	12				

	entre 100.001 a 350.000 habitantes.						
13	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde dos Municípios com população estimada até 10.000 habitantes.	Mensal	0				
14	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde - Municípios com população estimada entre 10.001 a 30.000 habitantes.	Mensal	12				
15	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde. Municípios com população estimada entre 30.001 a 70.000 habitantes.	Mensal	0				
16	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde. Municípios com população estimada entre 70.001 a 100.000 habitantes.	Mensal	0				

17	Organização, estruturação e acompanhamento das rotinas de funcionamento das secretarias de saúde. Municípios com população estimada entre 100.001 a 350.000 habitantes.	Mensal	12				
18	Locação de equipamentos - Totem autoatendimento com monitor touchscreen.	Mensal	144				

TABELA COMPARATIVA PREÇO MÉDIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS X PREÇO MÉDIO DE COTAÇÃO DIRETA:

ITEM	QTD.	PREÇO MÉDIO CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	PREÇO MÉDIO COTAÇÃO DIRETA	DIFERENÇA	%
01	24				
02	2				
03	24				
04	13				
05	216				
06	12				
07	960				
08	0				

09	12				
10	0				
11	0				
12	12				
13	0				
14	12				
15	0				
16	0				
17	12				
18	144				

Ressalta-se que os itens que apresentaram valores negativos e percentuais negativos na tabela comparativa correspondem àqueles sem demanda identificada no período analisado. Em razão da inexistência de necessidade administrativa para tais itens, não foi realizada cotação junto aos fornecedores, motivo pelo qual os respectivos valores de cotação direta foram registrados como R\$ 0,00, resultando em diferenças e percentuais negativos. Diante disso, tais itens devem ser desconsiderados para fins de cálculo e análise comparativa, de modo a preservar a fidedignidade metodológica, a coerência econômica e a adequada avaliação da vantajosidade da contratação, considerando exclusivamente os itens efetivamente demandados.

TOTAIS CONSOLIDADOS (ITENS COM DEMANDA):

Valor Total – Preço Médio das Contratações Públicas:

Valor Total – Preço Médio da Cotação Direta:

Valor Total da Diferença:

% Total da Diferença:

DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Para a adequada estimativa do valor total da contratação, adota-se metodologia que conjuga, de forma complementar, os preços praticados em contratações públicas com os valores obtidos por meio de cotações junto a fornecedores privados atuantes no mercado pertinente ao objeto, para a obtenção de uma média conjunta entre as referências públicas e privadas, permitindo a formação de um valor estimado exequível, compatível com as condições reais de mercado e com a capacidade de execução dos potenciais contratados.

Nesse sentido, seguimos à média dos valores obtidos junto das contratações similares, bem como a cotação direta com os fornecedores:

ITEM	QTD.	CIMLAG O PL Nº 09/2025	CINSC PL Nº 14/2025	ICISMEP PL Nº 09/2024	VAL. UNIT. Empresa "APP CIDADES"	VAL. UNIT. Empresa "BCR50"	VAL. UNIT. Empresa "GFalcão"	Média dos Valores	Valor Total
01	24								

02	2								
03	24								
04	13								
05	216								
06	12								
07	960								
08	0								
09	12								
10	0								
11	0								
12	12								
13	0								
14	12								
15	0								

16	0								
17	12								
18	144								
VALOR TOTAL GERAL:									

A formação da referida cesta de preços possibilitou a análise comparativa entre diferentes referenciais, permitindo a identificação de um valor médio compatível com a realidade mercadológica, em consonância com o disposto nos arts. 23 e 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, bem como com as orientações dos órgãos de controle, garantindo, assim, a adoção de parâmetro idôneo e tecnicamente justificado para a definição do valor estimado da contratação.

Assim, o valor total do orçamento foi calculado em R\$ XXX (XXX).

III. DA TABELA DE NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA)

A definição de níveis mínimos de serviço – Service Level Agreement (SLA) – configura-se como instrumento fundamental para garantir a qualidade, continuidade e confiabilidade da solução tecnológica a ser contratada. Trata-se de ferramenta de governança contratual, que viabiliza o controle efetivo da execução, a aferição de desempenho e a pronta resposta da Administração Pública consorciada frente a eventuais descumprimentos.

Considerando-se o impacto significativo da solução na rotina administrativa dos municípios

consorciados, bem como a natureza crítica de determinados módulos – em especial os relacionados à saúde pública, mobilidade urbana e atendimento direto ao cidadão –, torna se imprescindível a fixação de parâmetros objetivos de desempenho.

A contratada deverá, portanto, observar os seguintes níveis mínimos de serviço:

Tipo de Serviço	Tempo de Resposta / Execução Máximo
Correção de falhas críticas (sistemas inoperantes, perda de dados, falhas de segurança)	24 horas
Suporte técnico remoto (abertura de chamados)	Em até 1 dia útil
Atendimento a chamados gerais (não críticos)	8 horas úteis
Atualizações legais e normativas obrigatórias	Em até 30 dias corridos
Solicitação de melhorias ou customizações	Apresentação de proposta em até 5 dias úteis
Manutenções programadas	Notificação prévia mínima de 48 horas
Disponibilidade mínima da plataforma (ambiente em nuvem)	99,9% ao mês

Esses indicadores deverão ser mensurados de forma objetiva, por meio de sistema informatizado de gestão de chamados e painéis de monitoramento, ambos com acesso garantido à equipe técnica do consórcio. Caberá à contratada manter registros detalhados de todas as ocorrências, incluindo tempo de resposta, medidas corretivas adotadas e status de resolução, assegurando plena rastreabilidade e auditabilidade dos serviços executados. O descumprimento reiterado dos níveis de serviço pactuados ensejará a aplicação das sanções previstas contratualmente, que poderão compreender advertência, multa proporcional à gravidade e frequência da infração, e,

em hipóteses extremas, a rescisão unilateral por inexecução total ou parcial das obrigações.

Dessa forma, a implementação de um SLA robusto, parametrizado e auditável representa garantia de segurança jurídica, fortalece o controle sobre a execução contratual e assegura o alinhamento contínuo entre a performance da solução implantada e as expectativas legítimas dos municípios consorciados. Trata-se, portanto, de exigência técnica e administrativa imprescindível para a contratação em tela.

IV. DA JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO E DO NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

A escolha pela contratação de solução tecnológica integrada fundamenta-se na necessidade de promover uma gestão pública digital moderna, segura, eficiente e interoperável entre os municípios consorciados ao CIMMVI. A plataforma proposta contempla uma arquitetura modular e escalável, acessível via web e aplicativos móveis, permitindo sua customização de acordo com a realidade administrativa de cada ente consorciado, sem prejuízo da padronização de base, do suporte unificado e da segurança dos dados.

Cada módulo da solução – seja voltado à gestão de saúde, mobilidade urbana, atendimento ao cidadão, controle de processos administrativos ou autoatendimento – está estruturado sobre uma arquitetura tecnológica robusta, baseada em computação em nuvem, com interoperabilidade nativa por meio de APIs RESTful, compatibilidade com bancos de dados relacionais e não relacionais, e suporte a painéis administrativos multiusuário com controle granular de permissões, autenticação segura e trilhas de auditoria completas.

Essa solução alinha-se plenamente às diretrizes normativas do Decreto Federal nº 8.539/2015, da Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital), bem como aos requisitos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), ao assegurar o tratamento adequado de dados pessoais, o controle de acessos, a anonimização, a criptografia em trânsito e em repouso e a conformidade

com os princípios da finalidade, necessidade, segurança e transparência.

Adicionalmente, a contratação sob o modelo de solução única – sem fracionamento por módulos – se justifica por razões eminentemente técnicas, operacionais e econômicas, uma vez que a interdependência entre os componentes do sistema exige integração plena e em tempo real. O parcelamento do objeto comprometeria a interoperabilidade, dificultaria a governança da solução, aumentaria a complexidade na gestão contratual e potencializaria riscos operacionais e jurídicos decorrentes de divergências entre diferentes fornecedores, especialmente quanto a interfaces, padrões de comunicação, ciclos de atualização e suporte técnico.

A adoção de múltiplos contratos fragmentados, para módulos isolados, acarretaria não apenas perda de sinergia funcional entre os sistemas, mas também elevação de custos indiretos com integração, manutenção, fiscalização e eventuais incompatibilidades. Diante disso, a solução técnica proposta é estruturalmente indivisível, nos termos do art. 23, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, sendo indispensável a contratação conjunta dos serviços em lote único.

Ressalta-se, ainda, que a centralização contratual permite uniformidade tecnológica, padronização da experiência do usuário, economia de escala, facilidade na replicação e expansão da solução para novos entes consorciados, e maior controle e segurança na gestão da informação pública.

Diante do exposto, conclui-se que a opção pela contratação de solução integrada e indivisível é a mais vantajosa, segura e tecnicamente adequada, assegurando eficiência na prestação dos serviços públicos, modernização administrativa e plena conformidade com os marcos legais que regem a transformação digital no setor público.

V - DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

Primeiramente, cabe salientar que a definição da modalidade de licitação deverá ser feita em razão de seu objeto, não havendo mais restrições de valores como previa o artigo 23 da Lei n. 8.666/1993.

Por bens e serviços comuns considera-se “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado” (inciso XIII do artigo 6º), repetindo-se a definição apresentada pela Lei n. 10.520/2002. Igualmente é a definição do Art. 3º, II do Decreto 10.024/2019. Pois bem, de modo bastante indubitado, a contratação de solução de tecnologia da informação pode ser enquadrada como sendo comum.

O pregão é a modalidade de licitação que pode ser definida como a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto” (inciso XLI do artigo 6º). Assim, como se percebe, da contratação de bens e serviços comuns, salvo nas hipóteses de contratação direta, a única via a ser eleita é, a bem verdade, o pregão. Inclusive, em realização de *becnhmarking* de procedimentos de contratação de softwares de gestão pública, e em sede de estimativa de preços, todos os processos foram realizados por meio de pregão eletrônico.

Assim, para o objeto, a única alternativa de contratação é o pregão (Art. 28, I da NLLC), sendo mais adequado o critério de julgamento de menor preço.

Isso se deve ao fato de que estes possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, bem como qualificações técnicas, quantificações e especificações dos serviços a serem prestados, conforme pode-se averiguar pelo presente Termo de Referência, nos termos do art. 29 de Lei nº 14.133/2021. Tal premissa é defendida, inclusive, pela Nota Técnica nº 02/2008 – SEFTI/TCU, a saber:

Entendimento IV. Em geral, nem a complexidade dos bens ou serviços de tecnologia da informação nem o fato de eles serem críticos para a consecução das atividades dos entes da Administração descaracterizam a padronização com que tais objetos são usualmente comercializados no mercado. Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens e serviços justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão.

Nessa mesma linha, o Decreto nº 7.174/2010 que "regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União" determina, no mesmo sentido, que o pregão é a modalidade mais adequada nas licitações de bens e serviços de TIC. Veja-se:

Art. 9º Para a contratação de bens e serviços de informática e automação, deverão ser adotados os tipos de licitação "menor preço" ou "técnica e preço", conforme disciplinado neste Decreto, ressalvadas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade previstas na legislação. § 1º **A licitação do tipo menor preço será exclusiva para a aquisição de bens e serviços de informática e automação considerados comuns**, na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002, e deverá ser realizada na modalidade de pregão, preferencialmente na forma eletrônica, conforme determina o art. 4º do Decreto no 5.450, de 31 de maio de 2005 (grifo nosso).

O critério de julgamento adotado na presente licitação será o de menor valor total do lote, porém, a fim de evitar "jogo de planilhas" e consequente prejuízo ao erário, não serão aceitos valores unitários superestimados em relação à média encontrada no mercado. Ou seja, a disputa ocorrerá pelo valor global do lote, entretanto, a proposta vencedora deverá apresentar valor unitário igual ou inferior ao estimado em pesquisa de mercado, de tal forma fica a Instituição protegida de possíveis danos ao erário.

Repisa-se que, no caso em tela, o agrupamento ocorreu exatamente em virtude da viabilização técnica e econômica, haja vista que os serviços terão total integração e compatibilidade entre os módulos. Dessa forma, constatou-se que a divisão deste objeto pode comprometer a prestação de serviços, tanto em questões de ordem técnica e econômicas.

VI. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Após criteriosa análise técnica das necessidades apresentadas pelos municípios consorciados ao CIMMVI, bem como das alternativas tecnológicas disponíveis no mercado e da estrutura administrativa envolvida, DECLARA-SE VIÁVEL a contratação de empresa especializada para o fornecimento, implantação, suporte técnico e licenciamento de uso de plataforma digital integrada de gestão pública, nos moldes delineados no presente Estudo Técnico Preliminar.

A solução proposta mostra-se tecnicamente compatível com a realidade dos entes consorciados, revelando-se apta a promover ganhos significativos de eficiência, economicidade, transparência e controle administrativo, com respaldo nos seguintes fundamentos:

- Adequação à necessidade pública previamente identificada, voltada à digitalização de processos administrativos, qualificação do atendimento ao cidadão, gestão inteligente de saúde pública e mobilidade urbana;
- Existência de soluções compatíveis no mercado, com fornecedores especializados e experiência comprovada no atendimento a entes públicos, inclusive no contexto consorciado;
- Capacidade técnica e institucional do consórcio para condução do processo licitatório, bem como para o acompanhamento da execução contratual e a fiscalização do cumprimento dos níveis de serviço pactuados (SLA);
- Ganho de escala proporcionado pelo modelo consorciado, com consequente redução dos custos unitários de contratação, especialmente no tocante a licenças, módulos técnicos e equipamentos;
- Conformidade integral com os marcos legais vigentes, destacando-se a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), a Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital), e a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), com exigência de medidas robustas de segurança da informação e governança sobre os dados pessoais tratados;
- Estimativa de custos baseada em levantamento de mercado confiável, com composição detalhada por módulo, faixa populacional e funcionalidades contratadas, garantindo previsibilidade orçamentária e proporcionalidade entre o valor e a complexidade da solução;
- Ausência de impedimentos técnicos, jurídicos ou operacionais que comprometam ou inviabilizem a execução da contratação nos termos delineados.

Ressalte-se que a medida atende ao interesse público primário, ao proporcionar maior integração entre sistemas municipais, ampliação do acesso da população aos serviços por canais

digitais e aperfeiçoamento da gestão pública com base em dados estruturados e indicadores em tempo real.

A modalidade licitatória escolhida — Pregão, na forma eletrônica, para Sistema de Registro de Preços — revela-se a mais adequada diante da natureza do objeto, por conferir celeridade processual, ampla competitividade, economicidade e transparência, em plena consonância com os princípios constitucionais da legalidade, isonomia, publicidade e eficiência administrativa (art. 37 da Constituição Federal).

Diante do exposto, propõe-se a continuidade do processo licitatório, com vistas à contratação da solução tecnológica integrada ora estudada, como medida essencial para a modernização da gestão consorciada, melhoria da qualidade dos serviços públicos, fortalecimento da governança local e sustentabilidade das operações municipais em curto, médio e longo prazo.

Divinópolis/MG, 17 de dezembro de 2025.

Luan Henrique Arantes Pereira
Comissão de Contratação